

HSAm
D2464b
.Pb

BIBLIOTECA HISTÓRICA BRASILEIRA

Direção de Rubens Borba de Moraes

V

Thomas Davatz

MEMÓRIAS DE UM COLONO NO BRASIL

(1850)

TRADUÇÃO, PREFÁCIO E NOTAS
de
SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA



LIVRARIA MARTINS
S. PAULO

449947
20-7-46



PREFÁCIO DO TRADUTOR

I



IMPORTAÇÃO de braços livres para a lavoura paulista nunca se processou em escala apreciável até meados do século passado. Tentativas isoladas como a instalação em 1815 de imigrantes açoritas na Casa Branca, à margem do velho caminho dos Guaiazes, ou o estabelecimento de famílias alemãs — 1.200 colonos, pelo menos — em diferentes pontos da Província, durante o decênio de 1827-1837, atestam que as administrações de S. Paulo não tinham descurado de adotar, sempre que houve oportunidade, uma política de colonização dirigida, semelhante à que um século antes já se inaugurara no Rio Grande de São Pedro. E é justo assinalar também, que nem sempre essas autoridades agiram com precipitação e pouco zêlo no aproveitamento dos colonos. No caso dos ilhéus, por exemplo, houve mesmo o cuidado de instalá-los provisoriamente em Jundiaí e Campinas, afim de que se afeiçoassem às condições do país antes de serem enviados às terras que lhes tinham sido expressamente reservadas.

A verdade, porém, é que essas tentativas, partidas dos governos, não tiveram o êxito que delas se poderia esperar. Em muitos casos o mal vinha das próprias administrações, que desenganadas pelos primeiros obstáculos não chegavam a satisfazer compromissos assumidos com os trabalhadores. Às vêzes decorria também de uma falsa compreensão das necessidades da terra, de uma apresentação defeituosa dos problemas que ela impunha. A idéia de que se deveria oferecer aos colonos, procedentes em sua maioria de regiões super-povoadas, formas de existência semelhantes às que prevaleciam em seus meios de origem, estava longe de se

ajustar às condições reais do país. Cogitava-se em fazer aproveitar nossa economia rural das vantagens técnicas de que desfrutava a agricultura das nações mais adiantadas. Mas que poderiam êles trazer a zonas ainda mal preparadas para receber tais vantagens? Aos camponeses europeus, acostumados a arar suas terras fazia-se crer, com fundamento, sem dúvida, que nossa agricultura era uma agricultura de enxada. Mas isso permitia a interpretação fácil de que se tratava quase de uma horticultura em ponto grande. Assim cuidariam os colonos açoritas, que não chegaram a tomar pé em Casa Branca, assustados — diz Saint-Hilaire, — à vista das enormes árvores que tinham de derrubar. Dos alemães estabelecidos no sertão de Santo Amaro falam desalentados os relatórios oficiais do tempo, queixando-se de que preferiam fixar-se nas povoações embora à própria custa e a-pesar-das despesas feitas pelo govêrno para acomodá-los à lavoura. A agricultura de tipo europeu era sobretudo impraticável nos lugares incultos e remotos, para onde, à míngua de outros, se encaminhariam cada vez mais os imigrantes, na ilusão de que a uberdade do solo compensava as contrariedades da distância. Mas a própria riqueza das terras foi freqüentemente um obstáculo, mais do que um convite, à aplicação de processos aperfeiçoados. Não há talvez exagêro em declarar que os métodos bárbaros da agricultura indígena eram em alguns casos os que convinham. Como substituir as derrubadas e queimadas brutais para o estabelecimento de novas plantações? Todos os expedientes familiares ao lavrador europeu visando conservar a atividade e o vigor dos solos de cultura perdiam o valor. Não há exagêro também em dizer que seriam até perniciosos nos casos em que precisamente a extrema fertilidade das terras surgia como barreira a vencer. Nas lavouras de açúcar não faltava, por exemplo, quem tratasse de “esterilizar” o solo por via de plantas e fogos contínuos, para que as canas não crescessem demasiado selvagens, quer dizer gordas e viçosas, ricas em caldo, mas de pouco açúcar. O café criado em terra fértil — dizia Burlamaque — produz bela vegetação, porém maus frutos e escassos. Assim pensavam os fazendeiros do tempo, e o Senador Vergueiro, autoridade acatada nestes assuntos, costumava mandar derrubar as matas, aproveitava as terras durante alguns anos para outras comodidades, e deixava crescerem capoeiras; só ao cabo disso fazia plantar as primeiras mudas de café (1). Era uma lavoura não sòmente extensiva como dissi-

(1) V. *José Vergueiro* — Memorial acêrca da Colonização e Cultivo do Café, Campinas, 1874. Pgs. 17 e 18. — Sôbrè Burlamaque e suas opiniões, V. *Afonso de Taunay* — História do Café. IV. 96. Rio de Janeiro, 1939.

padora — antes *mineração* do que agricultura; contrariava, portanto, aos olhos do europeu, as leis mais comezinhas da arte de plantar.

A explicação freqüente que se dava ao malôgro dos esforços sucessivos para a colonização, não apenas nessa época como ainda mais tarde, foi a circunstância de se engajarem geralmente os colonos entre o proletariado urbano da Europa Central mais do que entre camponeses. A alegação parece realmente fundada e Tschudi, em documento onde relata suas observações sôbre os colonos em São Paulo no ano de 1858, refere esta coisa surpreendente: de uma lista de 87 pretensos lavradores, como tais contratados no Velho Mundo para os estabelecimentos de parceria, apenas treze se tinham dedicado a atividades agrícolas em suas terras de origem. Dos restantes, 42 eram operários de fábricas, 6 sapateiros, 4 carpinteiros, 9 alfaiates, 3 soldados, 2 pedreiros, 2 ferreiros, 2 vidraceiros, 2 tanoeiros, 2 músicos ambulantes, 1 jornaleiro, 1 confeitoiro, 1 pintor, 1 serrador e 1 mestre escola. Fatos análogos apresenta em 1852 Carlos Perret-Gentil, antigo cônsul da Suíça no Rio de Janeiro, em folheto onde reúne as observações feitas durante a viagem que realizou à Colônia Senador Vergueiro (2). De resto a procedência principalmente urbana dos colonos parece ter sido um fato mais ou menos geral, não só em S. Paulo como nas demais províncias em que foi considerável a imigração germânica. A presença de numerosos termos portugueses relacionados com a técnica agrícola no vocabulário de descendentes de imigrantes que ainda conservam a língua alemã no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Espírito Santo, poderia ser explicada pela ausência de uma verdadeira tradição rural entre os mesmos. Palavras como “foice” (*fosse*), que também vamos encontrar hoje entre os teutos-brasileiros do Espírito Santo (3), ou como “roça” (*rosse*), que aparece entre os netos de alemães tanto no Espírito Santo como no Rio Grande (4), já tinham sido perfilhadas por alemães e suíços nas colônias agrícolas paulistas. A falta de tradição rural atribuiu-se igualmente o fato, que tanto impressionou recentemente um estudioso (5), dos teutos-

(2) V. “Parceria — Carta de J. J. Tschudi” — in “Correio Mercantil”, Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1858; — *Carlos Perret-Gentil* — A Colônia Senador Vergueiro.

(3) Cf. *Dr. Ernst Wagemann* — Die Deutschen Kolonisten im Brasilianischen Staate Espírito Santo, Munich-Leipzig 1915. Pg. 123.

(4) *Dr. Wagemann* — op. cit. 129; *Dr. Hans Porzelt* — Der Deutsche Bauer in Rio Grande do Sul, Ochsenfurt a. M. 1937. P. 99.

(5) *Porzelt* — op. cit. Pg. 18.

brasileiros do sul ainda se designarem habitualmente com a palavra "colono" (*Kolonist*) e só muito raramente com a palavra "camponês" (*Bauer*).

Cabe perguntar, em todo o caso, se dada a distância enorme que separava os métodos agrícolas europeus dos nossos, seria efetivamente indispensável que o recrutamento de colonos se fizesse apenas entre agricultores. É lícito mesmo supor que, prisioneiros de tradições e princípios inadequados às nossas condições rurais, fôsem eles exatamente dos menos indicados para colonização agrária no Brasil.

A experiênciã dessa gente teria aplicação, talvez, nos terrenos já cansados e gastos, cuja produtividade pudesse crescer com o emprêgo do arado e de fertilizantes, permitindo o estabelecimento de pequenas propriedades. Mas isso não parecia importante aos homens do tempo, preocupados que andavam com o problema realmente angustioso da penúria de braços para a grande lavoura. Dada a própria origem da maioria dos imigrantes europeus, era de esperar que instalados em terras velhas, nas vizinhanças das cidades, eles se vissem, cedo ou tarde, atraídos para os centros mais populosos. Foi o que sucedeu tôdas as vêzes em que se utilizou recurso semelhante. Só muito mais tarde, quando estávamos às vésperas de receber as primeiras levas de imigrantes procedentes de uma terra de latifúndios, da Itália meridional, é que voltou a surgir o alvitre de se dirigirem os colonos para "os terrenos baratos e já trabalhados, nos distritos de Pôrto-Feliz, Santa Bárbara, Sorocaba, etc.". Mas ainda assim em caráter provisório, durante dois ou três anos, quando muito, até o colono ficar conhecendo que as terras novas são superiores (6). A solução proposta vinha a ser, pôr conseguinte, uma simples sugestão de emergência, semelhante a tantas outras que não cessaram de aparecer com o fito de entrosar os imigrantes europeus, sobretudo os de origem germânica, em nosso pobre mecanismo econômico.

É preciso notar que essa origem germânica e muitas vêzes protestante de tais imigrantes quase os únicos de que podíamos dispor — excluídos os portugueses — antes de se iniciar em larga escala a imigração de italianos, era ainda um empecilho considerável à sua rápida assimilação. Todavia não convém exagerar a importância das tradições étnicas e culturais em prejuízo de certos fatores sociais e mesmo psico-

(6) V. "A Colonização na Província de São Paulo" por Um Lavrador. Sorocaba, 1875. Pg. 44. — Um Lavrador era pseudônimo de Joaquim Bonifácio do Amaral, o fundador da Colônia "Sete Quedas" e futuro Visconde de Indaiatuba.

lógicos, tratando-se dos problemas de imigração. Erro idêntico a êsse outro, tão comum, que faz distinguir na influência do escravo africano em nossa vida social muito mais a ação do africano do que a do escravo ou ao que vê em nossos primeiros colonizadores portugueses menos os colonizadores do que os portugueses. A verdade é que a tradição étnica não explica muita coisa se dissociada das circunstâncias em que pôde agir nos movimentos migratórios.

A primeira idéia que um mundo novo oferece ao emigrante é frequentemente a de uma esfera de possibilidades infinitas e onde a capacidade de ação não encontra estôrvo. A aptidão para emigrar envolve, sem dúvida, tal capacidade — nisso têm razão os que vêm as migrações como um autêntico processo de seleção — mas envolve também uma capacidade de idealizar em excesso a terra procurada, “terra prometida”, criando imagens falsas e ilusórias. Certa dose de fantasia e credulidade, por pequena que seja, certo definhamento do senso de crítica, existiu sempre à origem de tôdas as migrações em grande escala. Durante a grande onda de emigração polonesa para o sul do Brasil nos anos que precederam à guerra de 1914-1918, surgiu em certos distritos da Polônia, lenda de que nosso Estado do Paraná acabara de ser descoberto, dissipando-se o denso nevoeiro que durante séculos o envolvera. Foi a Virgem Maria quem, compadecida da sorte dos camponeses da Polônia, lhes apontara a nova terra, dizendo que fôssem povoá-la. Outra versão da mesma lenda dizia que todos os reis e imperadores da terra fizeram uma assembléia para deliberar a quem caberia a região recém-descoberta. Três vêzes apostaram e três vêzes saiu vencedor o Papa. Instigado então pela Virgem, o Pontífice entregou o Paraná aos poloneses (7).

A quem percorra a obra hoje clássica de Thomas e Znaniecki sôbre o campônio polonês na Europa e na América e compare as passagens referentes à emigração para o Brasil com a parte das memórias de Thomas Davatz onde o antigo colono de Vergueiro trata da psicologia dos emigrantes, não escaparão coincidências numerosas e importantes. Algumas cartas de trabalhadores poloneses, traduzindo primeiro uma confiança ilimitada nos recursos do país novo, onde se estabeleceram, na prosperidade que espera os colonos, e depois uma desilusão crescente em face das contrariedades que traz, ao cabo, a emigração transoceânica, são particularmente sugestivas. Nos dois exemplos a emigração aparece

(7) *William I. Thomas e Florian Znaniecki — The Polish Peasant in Europe and America*, 2.^a ed. Nova York, 1927. I 197 n.

estimulada em grande parte, mas não exclusivamente, pela expectativa de melhores condições econômicas. Se o traço que domina o indivíduo é o desejo de vantagens econômicas — vantagens essas que um país estrangeiro poderá talvez oferecer mais facilmente do que sua terra de origem — então êle emigrará, a menos que aquêle desejo seja corrigido por influências contrárias. Mas, por outro lado, se seu traço dominante é o medo do desconhecido e do remoto, nesse caso jamais deixará seu país, sua comunidade, salvo se influências estranhas — cartas de parentes, de amigos; campanhas de interessados no movimento migratório, etc. — se juntarem à influência econômica. Em ambas as situações o emigrante tende a exagerar as possibilidades que oferece o meio novo.

No caso dos imigrantes alemães e suíços que se instalaram em S. Paulo durante o século passado, entre 1827 e 1860 aproximadamente, o desajustamento normal com as condições que o ambiente oferecia complicava-se com a atitude religiosa predominante em muitos dos colonos. Êstes, em grande parte, talvez na maioria dos casos, provinham de terras luteranas e calvinistas e chegavam-nos quando a liberdade de culto sofria entre nós tôda espécie de restrições. Não admira, assim que os campeões da imigração germânica (alemã e suíça alemã) fôsem também partidários ardentes de maior liberdade religiosa. É fato verificado ainda hoje nos núcleos coloniais do sul do Brasil, que o imigrante católico adapta-se muito mais facilmente ao meio luso-brasileiro do que o protestante, sobretudo nas cidades e nas colônias mistas, ao ponto de partidários ardentes da Alemanha Maior chegarem a estigmatizar a influência católica nessas regiões como um fator ponderável de desgermanização (8).

Outros motivos que dificultavam sem dúvida a adaptação dêsses homens do norte e do centro da Europa às condições da terra eram a repugnância explicável ao sistema de alimentação do país e sobretudo a certas formas de vida, a certos hábitos e costumes, que constituem, afinal, o fruto de um lento mas seguro processo de aclimação. O resultado é que homens robustos e capazes vinham a ser prêsas fáceis de nossas velhas doenças e achaques. A ausência de asseio corporal entre êsses adventícios não está, com certeza, entre os menores motivos da sua falta de resistência às mazelas do país. Embora não se refira à colonização em

(8) V. Dr. *Karlheinrich Oberacker* — *Die Weltpolitische Lage des Deutchums in Rio Grande do Sul*. Jena, 1936, Pg. 58.

S. Paulo, é bem expressivo a êsse respeito o depoimento de Teófilo Benedito Ottoni sôbre os colonos do Mucurí — alemães, suíços, belgas, holandeses. “As imundícies da habitação — diz — tinham produzido tal praga de bichos que ninguém podia passar impunemente em tórno das duas casas que serviam de depósito provisório dos colonos. O pouco asseio do corpo atraía os daninhos insetos. Debalde se dizia aos colonos que aquela *doença* se extirpava com a tesourinha ou alfinete, e que o grande preservativo era recorrer diàriamente ao rio e trazer o corpo limpo de imundícies. Mas êles queriam curar-se do mal dos bichos com unguentos e cataplasmas, e não foi possível convencer a um grande número que o hábito brasileiro de lavar ao menos os pés tôdas as noites é uma necessidade do homem do povo, e não como pensa o proletário europeu uma fantasia ou regalo de aristocratas e sibaritas. Os Chins como não têm horror à água nunca sofreram de bichos de Mucurí. Um só não vi ainda manquejar por tal motivo. Foram há três anos para o Mucurí 89 de que só têm morrido dois” (9). Não há razão para crer que as condições dos colonos em S. Paulo fôssem muito mais animadoras. E sabemos que estragos pode causar nos desprevenidos o mal de que morreu o padre Estanislau de Campos.

II

Pesadas as causas de malôgro dos diversos esforços de colonização agrária tentados em S. Paulo durante a maior parte do século passado, nenhuma parecerá à primeira vista mais grave do que as condições de trabalho a que ficavam sujeitos os adventícios. É interessante acompanharem-se os tateios e hesitações com que durante longos anos se cuidou de resolver aquí o problema da substituição dos negros por trabalhadores livres. Ao passo que em outras províncias a colonização se deveu em primeiro lugar à iniciativa oficial, em S. Paulo ela partiu sobretudo de particulares.

(9) *Teófilo Benedito Ottoni* — A Colonização do Mucurí — Memória justificativa, em que se explica o estado atual dos colonos estabelecidos no Mucurí, e as causas dos recentes acontecimentos naquela colônia. — Rio de Janeiro, 1859. Pg. 34

As tentativas efetuadas nesse sentido coincidiam com a extinção do tráfico de africanos e a expansão do cultivo do café para as terras de Oeste, na direção de Campinas. Se os esforços oficiais tendiam desde o início à criação de núcleos de pequenos proprietários, segregando os colonos da comunidade nacional, não faltaram, é certo, governos que cedessem à pressão dos fazendeiros empenhados, antes de mais nada, em obter braços numerosos para a grande lavoura. Os dois pontos de vista divergentes — o que apoiava a criação de núcleos de pequenos proprietários e o que pleiteava tão somente a substituição do braço escravo — eram defendidos e combatidos com veemência, às vészes com azedume, conforme os favores do govêrno central se inclinassem para um ou para o outro lado. Mais justo evidentemente seria considerar os interêsses próprios de cada província, de cada região, em vez de tentar adotar um critério centralizador, uniforme e inflexível, capaz de convir indiferentemente a todo o país. A essa necessidade mostravam-se cegos, porém, nossos homens de Estado, hipnotizados como sempre pela superstição unitarista e refratários a quaisquer critérios mais dóceis às exigências regionais. Em uma sessão da Câmara em que reclamava amparo à imigração de trabalhadores livres para a lavoura, quando o govêrno acabava de conceder o empréstimo de 300:000\$ à companhia Mucurí, sem juros e pelo período de cinco anos, e outro de 150:000\$ com iguais vantagens e condições ao Dr. França Leite para a colonização das margens do Rio Doce, insistindo assim na velha praxe de “povoar desertos”, o deputado Gavião Peixoto enfrentou a rancorosa oposição dos que defendiam a criação de núcleos coloniais como sendo a única política imigratória aconselhável para o império. Houve quem combatesse o sistema ainda então adotado pelos fazendeiros paulistas, o das colônias de parceria, alegando simplesmente que tal sistema “não convinha ao Rio Grande” (10).

Pela mesma época levantava-se no Senado a voz prestigiosa do velho Vergueiro afim de censurar as numerosas doações de terra a imigrantes, pois não é justo — dizia êle — que se conceda a estrangeiros aquilo que se nega a nacionais. A prodigalidade extrema na concessão de sesmarias para a fundação de colônias, povoando matas incultas, não atendia em sua opinião à necessidade mais premente do Império, a necessidade de braços para o desenvolvimento dos germes de sua riqueza agrícola.

(10) Câmara dos Deputados — Sessão de 26 de agosto de 1857. Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, de 7 de setembro de 1857.

A parceria, conforme sustentavam Vergueiro e Gavião Peixoto, — sogro de José Vergueiro — não estabelecia para os colonos uma situação definitiva e ideal, mas preparava-os para a condição de proprietários ou foreiros. Segundo tal concepção importava antes de tudo atender a solicitações da grande lavoura sem perder de vista a conveniência de se adaptarem os colonos às condições particulares da produção rural no país. Foi êsse o problema que se propôs o Senador Vergueiro com o plano das colônias de parceria, destinadas a constituir legítimos “viveiros ou escolas normais agrícolas” para os imigrantes. Plano grandioso, sem dúvida, mas contra o qual se erguiam fortes barreiras, nascidas do próprio rumo que ia tomando nossa economia agrícola, particularmente na província de S. Paulo. Em seu meritório afã de colonizar a província e atender às necessidades da lavoura, Vergueiro continuava, não obstante, a acatar a criação de uma classe numerosa de pequenos proprietários como ideal altamente apreciável — no que estavam todos de acôrdo — mas cuja realização poderia e deveria ser adiada. Seu plano queria atender aos interêsses dos fazendeiros, não excluindo a consideração das vantagens que porventura trouxesse ao país a formação de núcleos coloniais isolados e independentes dos grandes domínios agrícolas. Visava compôr duas teses inimigas, favorecendo uma transição por longo tempo inviável, ao menos em S. Paulo.

Foi sobretudo no Oeste dessa província — o Oeste de 1840, não o de 1940 — que o latifúndio cafèeiro veio a tomar caráter próprio, emancipando-se das formas de exploração agrícola estereotipadas desde a era colonial no modelo clássico do engenho de açúcar. Mesmo na província do Rio e em geral no vale do Paraíba, essa emancipação foi quase sempre deficiente e encontrou vivas resistências, só se impondo quando a lavoura cafèeira já tinha perdido alí sua pujança antiga. A fazenda de café fluminense contentara-se em copiar, nos tempos áureos, o tipo tradicional dos engenhos de cana, que tiveram suas terras de vocação principalmente no nordeste do Brasil. Formava uma unidade fechada, suficiente, quase autárquica. Houve fazendeiros que se vangloriavam de só ter de comprar ferro, sal, pólvora e chumbo, pois o mais davam de sobra suas terras. A estrutura dessas propriedades fundava-se tão profundamente na existência do braço escravo, que mal se podia conceber nelas o emprêgo proveitoso de trabalhadores europeus. É em S. Paulo e ante os novos horizontes econômicos abertos com a expansão do café, que se forma uma nova raça de senhores rurais e se completa rapidamente o processo apenas começado nas regiões açucareiras com o desenvolvimento

dos centros urbanos. O domínio agrícola deixa de ser uma baronia e transforma-se quase em um centro de exploração industrial. A figura típica do senhor de engenho perde os traços mais característicos, desapega-se mais da terra e da tradição — da rotina — rural. A terra cultivada deixa de ser seu pequeno mundo para constituir simplesmente seu meio de vida, sua fonte de rendas. A fazenda resiste com menos energia à influência urbana e muitos lavradores passam a residir permanentemente nas cidades. Decai rapidamente a indústria caseira e desaparecem em grande parte as plantações de mantimentos que garantiam outrora certa autonomia à propriedade agrícola. É talvez por êsse lado que se poderá falar no cafèeiro como “planta democrática”. Handermann, que inventou a expressão, não atinara entretanto com os motivos reais da transformação já em vias de realizar-se ao seu tempo, e atribuiu-a à perspectiva de um parcelamento das propriedades, perspectiva que não se verificou, pois a economia do latifúndio continuou a prevalecer para o café pelo menos até a crise de 1929.

E se tudo isso se processou em S. Paulo mais acentuadamente do que em outras províncias, não foi por circunstâncias apenas fortuitas e nem apenas porque o café encontrasse aquí terras mais propícias. Foi em primeiro lugar pela carência nessa província de uma tradição agrícola realmente grande e próspera, com quadros definitivos que não deixassem ver no presente o que o presente reclama e repele. Foi também pelo aparecimento providencial de alguns homens de iniciativas e espírito prático, capazes de encontrar novas soluções para problemas novos (e entre êsses homens sobressai singularmente a figura admirável de Vergueiro). Foi enfim pela própria natureza absorvente e exclusiva da cultura do café. Êste último fato parece ter tido uma importância capital, conquanto deva parecer hoje bem menos evidente do que o foi em meados do século passado, quando se operou a transformação que ia fazer de S. Paulo o maior centro produtor do Brasil. Assinala-o em 1858 no Senado do Império um antigo lavrador da zona de Jundiaí, em palavras que convém reproduzir tal a precisão e a clareza com que revelam nessa transformação uma das causas da crise profunda verificada em tôdas as regiões invadidas pelos cafèzais. “A conversão das fazendas de açúcar em fazendas de café — dizia com efeito José Manuel da Fonseca — tem concorrido também alí (em S. Paulo) para o encarecimento dos gêneros alimentícios. Na casa há alguns nobres senadores que têm engenhos de açúcar; apelo para seu testemunho. Quando o lavrador planta cana, pode

também plantar e planta feijão, e alguns até plantam milho em distâncias maiores para não ofender a cana; e tudo vem excelentemente pelo preparo da terra para a cana; e a limpa aproveita a tudo: isso acontecia no município de Campinas, cujas terras são mui férteis, quando seu cultivo era a cana, e em outros municípios que abasteciam a capital, e outros pontos de gêneros alimentícios. Entretanto todo êsse município de Campinas, e outros, estão hoje cobertos de café, o qual não permite ao mesmo tempo a cultura dos gêneros alimentícios, salvo no comêço quando novo; mas quando crescido, nêle nada mais se pode plantar, e mesmo a terra fica improdutiva para os gêneros alimentícios, talvez para sempre, salvo depois de um pouso de imensos anos” (11).

A carestia dos gêneros de alimentação torna-se um *leit-motiv* de todos os relatórios dos presidentes da província durante os anos de cinquenta, precisamente quando S. Paulo deixava de ser exportador de açúcar para se consagrar sobretudo à produção do café. A transição verificou-se quase bruscamente em 1850. Até essa data o açúcar fôra o primeiro artigo de exportação da província; alguns anos depois já os canaviais paulistas só podiam atender ao consumo interno e quando o podiam. A alta nos preços dos gêneros de primeira necessidade acompanhou de perto essa transição. O feijão, que na zona de Jundiaí e Campinas nunca fôra vendido a muito mais de \$800 o alqueire e que mesmo durante a revolução liberal de 42, com a alta provocada nos preços, era oferecido a 1\$000, subira em 1857 a 20\$000!

Todos os braços disponíveis, tôdas as terras acessíveis eram aproveitados no cultivo de produtos exportáveis, isto é, de café, em detrimento dos gêneros de primeira necessidade (12). Tal situação chegava a assumir feições catastróficas em tempos de chuvas excessivas, ou de sêcas, ou de epidemias, prejudicando sensivelmente o equilíbrio econômico da província. Assim, durante a epidemia de cólera em 1856 reduziram-se espantosamente os braços, as fortunas e a produção, sendo os

(11) Anais do Senado, 1858. 4.º — Sessão de 26 de agosto. Pg. 253.

(12) Assinalando êsse fato em um estudo excelente sôbre as consequências da expansão da cultura do café em São Paulo, assim se exprime o sr. Sérgio Milliet: “Os lucros da lavoura cafêeira levam ao abandono das outras fontes de riqueza, à fome dos cereais, ao encarecimento dos gêneros todos. Na zona central o próprio açúcar se despreza. De 558 mil arrobas em 1854, a produção desce em 86, a 218.504, em que se vai fixar desde então...” *Sérgio Milliet* — “Roteiro do Café e outros ensaios”, São Paulo, 1939. Pg. 24.

fazendeiros obrigados a adquirir negros nas imediações dos lugares mais povoados e no litoral — quando não os iam comprar nas províncias do norte e naturalmente a preços exorbitantes. O resultado foi que a pequena lavoura, entregue em grande parte a êsses negros, desgarroneceu-se por sua vez de braços, o que contribuiu para agravar ainda mais a situação criada pela carência de gêneros. A crise, embora afetasse em geral tôdas as províncias cafèeiras não podia deixar de refletir-se com mais intensidade em S. Paulo, onde a população escrava não era especialmente numerosa.

Impunha-se, assim, como única solução inteligente, o recurso à colonização particular, amparada ou não pelos governos. Às primeiras tentativas realizadas nesse sentido está intimamente vinculado o nome de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Foi êle realmente o iniciador da importação em larga escala de trabalhadores europeus para a lavoura de S. Paulo. Desde 1840, quando ainda não chegara à fase aguda a crise de braços, sua fazenda de Ibicaba recebera algumas dezenas de camponeses do Minho, os primeiros imigrantes europeus atraídos por iniciativa particular para o trabalho na grande lavoura. Mas êsse esforço prematuro ficou prejudicado pela revolução de 1842, em que Vergueiro se viu envolvido. Só alguns anos mais tarde volta a realizar-se seu programa com a fundação de Vergueiro & Cia. Um plano minuciosamente elaborado preside dessa vez o empreendimento. A casa Vergueiro compromete-se a engajar colonos na Europa mediante contrato que não exclue a transferência dos mesmos a outros proprietários, desde que estes concordem em aceitar certas condições prèviamente estipuladas. Os adiantamentos feitos para o transporte e sustento dos colonos deverão ser pagos dentro de certo prazo e com juros de 6% ao ano. A cada família cabe o nùmero de cafèeiros que possa cultivar, colher e beneficiar, além de roças para o plantio de mantimentos. O produto da venda do café é partido entre colono e fazendeiro, devendo prevalecer o mesmo princípio para as sobras de mantimentos que o colono venha a vender. Entretanto no que respeita a êste último ponto reinou muitas vèzes certa tolerância, tendo alguns proprietários desistido espontâneamente da meação do produto da venda de mantimentos. Tôdas as dúvidas surgidas entre as partes contratantes devem ser resolvidas por árbitros. De acôrdo com êsses critérios é que se funda em julho de 1847 na fazenda de Ibicaba a “Colônia Senador Vergueiro”, destinada a ser uma espécie

de estabelecimento normal para um amplo sistema espalhado por diversos pontos da província (13).

III

O emprêgo de imigrantes europeus na grande lavoura em lugar de negros envolvia uma verdadeira revolução nos métodos de trabalho vigentes no país e, mais do que isso, nas concepções predominantes em todo o território do Império acêrca do trabalho livre. Um exemplo típico de tais concepções é o caso lembrado por Kidder, dos alemães contratados em 1839 para a construção de pontes e calçadas em Pernambuco; tantas e tais eram as zombarias a êsses “escravos brancos”, que êles não conseguiram levar a bom têrmo a obra começada (14). É compreensível diante de tais condições, que os fazendeiros amoldados à nossa economia agrária tradicional, baseada sobretudo na existência do braço escravo largamente acessível, nem sempre conseguissem adaptar-se a uma nova situação criada com a introdução de trabalhadores livres procedentes do Velho Mundo. A aceitação pronta de tais trabalhadores não significava sempre, de parte dos grandes proprietários rurais, a admissão igualmente pronta, ou sequer a compreensão, de tôdas as conseqüências que essa mudança iria acarretar no sistema de relações entre patrões e serviçais. Todo o esfôrço dos interessados na introdução de trabalhadores europeus que preparasse a lavoura para receber sem graves perturbações e riscos a abolição da escravidão deveria exercer-se no sentido de se suavizarem os inevitáveis desajustamentos, os “cultural lags”, impossíveis de evitar no processo de produção.

O sistema Vergueiro, que em certo momento chegou a ser adotado por quase todos os principais fazendeiros de café em São Paulo, tornan-

(13) Sôbre o histórico da casa Vergueiro convém ler a obra do Sr. *Djalma Forjaz* — “O Senador Vergueiro — Sua Vida e Sua Época”, São Paulo, 1924, além do livro de *Carlos Perret-Gentil* — “A Colônia Senador Vergueiro”, Santos, 1851. Para o conhecimento dos processos de colonização adotados na província durante o século passado é interessante o Relatório apresentado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas por *João Pedro Carvalho Morais*. Rio de Janeiro, 1870. Depois de redigido e já composto o presente estudo tive a oportunidade de conhecer o volume oitavo, últimamente publicado, da “História do café” do Snr. Affonso d’E. Taunay, onde o assunto é tratado de forma exaustiva.

(14) Daniel P. Kidder — *Sketches of Residence and Travel in Brazil*. Philadelphia, 1845. II. Pg. 144 sq.

do-se por assim dizer a forma peculiar do emprêgo do braço livre na grande lavoura dessa província, não nasceu como novidade aparatosa, capaz de triunfar de todos os obstáculos que enfrentava a sua vida econômica. Surgiu sob a pressão de duras necessidades e ante a perspectiva de condições alarmantes.

Examinando em seus traços característicos êsse engenhoso sistema não oferece, em realidade, nada de essencialmente novo. A aquisição de mão de obra européia destinada a uma terra para onde não se esperava dos governos um amparo substancial e persistente à colonização só seria possível, de resto, dentro dos métodos universalmente empregados em tais casos. No fundo êsses métodos nunca divergiam muito do "endividamento" (*indenture*) a que, segundo certos historiadores, deveram os Estados Unidos, durante a era colonial, quase metade dos imigrantes livres que as treze colônias receberam. Os encarregados de angariar colonos atraíam os candidatos adiantando-lhes as somas destinadas à viagem e ao sustento; tais somas eram amortizáveis mediante prestação de serviços por um determinado prazo. Na América do Norte o prazo mais comum eram quatro ou cinco anos. O patrão obrigava-se a sustentar o trabalhador, enfêrmo ou não, e terminado o prazo a fornecer-lhe, na ausência de um contrato explícito, os "donativos de alforria", que consistiam em um machado, duas enxadas, milho bastante para o sustento durante um ano e algumas vêzes um pedaço de terra cultivável.

A rigor êsse processo tornou-se mais digno de censura pelos abusos a que se prestou do que pelos princípios em que descansa. Muito patrão, sobretudo nas lavouras de tabaco, assegurava-se o serviço permanente dos trabalhadores forçando-os por meios indiretos a acumular outras dívidas e reduzindo-os assim, praticamente, à condição de servos. Abandonado nos Estados Unidos, ao menos nas suas formas tradicionais, em proveito dos vários tipos de "contract labor", o sistema logrou manter-se ainda em muito países de economia colonial e era, com pouca diferença, o meio pelo qual se importavam aos milhares os *coolies* chineses em Cuba, no Perú, em Hawaii, precisamente ao tempo em que Vergueiro ensaiava entre nós seu célebre sistema. Acresce que o pauperismo reinante em certas localidades européias levava muitas autoridades da Alemanha e da Suíça a estimular a emigração de elementos que se tornavam onerosos às administrações municipais. Várias municipalidades prontificaram-se mesmo a colaborar com os agentes de emigração adiantando ao emigrante as somas necessárias à passagem e sustento. É claro que isso podia prometer tudo aos nossos fazendeiros menos os homens ativos, morigerados

e ordeiros de que tanto careciam êles. Entre os colonos enviados a S. Paulo por intermédio da casa Vergueiro figuravam, segundo o testemunho insuspeito do Dr. Heusser, não só antigos soldados, egressos das penitenciárias, vagabundos de tôda espécie, como ainda octogenários, aleijados, cegos e idiotas. Essa gente encontrava, de parte de muitas administrações, tôdas as facilidades para emigrar. Quanto aos colonos mais jovens e sadios, só lhes eram fornecidos os adiantamentos para a viagem, quando aquiescessem em levar consigo os outros. De modo que os indivíduos de boa saúde se viam obrigados a sustentar os velhos e os doentes e mais a se responsabilizar pelas suas dívidas caso viessem estes a falecer. Semelhante orientação, aliás, não foi apanágio das autoridades suíças e alemãs. Onde quer que os movimentos emigratórios tomassem vulto, não faltava entre as administrações quem procurasse utilizá-los em favor de uma política de verdadeira depuração nacional. Favorecendo embarque dos elementos menos desejáveis é natural que essas administrações criassem obstáculos à saída de homens válidos e úteis. Mesmo em Portugal, onde a emigração para o Brasil teve sempre caráter mais espontâneo, essa tendência manifestou-se muitas vêzes, com maior ou menor intensidade. Quando em certa ocasião o desembargador Bernardo Avelino Gavião Peixoto tratou de contratar lavradores alentejanos para suas colônias de Taquaral e Bom Retiro, perto de Capivarí, utilizando como intermediário um seu irmão residente em Serpa, as autoridades locais portuguesas opuseram tôda sorte de embaraços à saída dos referidos colonos exatamente por serem êles bons trabalhadores e afeitos à vida agrícola.

O traço verdadeiramente característico do sistema Vergueiro não estava entretanto nos métodos de recrutamento dos colonos e sim no regime de *parceria* a que ficavam sujeitos, uma vez instalados nas terras a serem cultivadas. A analogia entre as condições dos parceiros nesse sistema e a dos *metayers* do sul da França, foi frequentemente salientada mesmo no Brasil quando o assunto andou em foco, nos meados do século passado. Mas sem ir tão longe, sem precisar recorrer a exemplos europeus, de resto numerosos, pode dizer-se que a situação dos agregados em muitas fazendas e especialmente nos engenhos de açúcar, poderia, à falta de outros, servir de modelo para o sistema Vergueiro. Tschudi, cujas observações acêrca das colônias de parceria denotam muitas vêzes um meticoloso espírito de observação e uma objetividade rigorosa, soube ver claro a êsse respeito (15). A vantagem principal do regime de parceria,

(15) *Johann Jakob von Tschudi* — *Reisen durch Südamerika*. III. Leipzig. 1867. Pg. 234.

comparado ao dos serviços assalariados, está aparentemente no fato de garantir, ao menos em tese, uma liberdade mais ampla ao empregado e em reduzir ao mínimo os possíveis conflitos de tradições, costumes e convenções.

Tal como foi aplicada na lavoura paulista, a parceria representa uma espécie de conciliação entre o regime dos serviços assalariados, como se pratica em geral nas fazendas, e o das pequenas propriedades, peculiar aos núcleos coloniais. Isso explica a aceitação fácil que obteve entre os colonos de estirpe germânica sempre zelosos de suas tradições, ao passo que os portugueses e os imigrantes do sul da Europa se inclinavam de preferência para o sistema dos salários fixos ou para as empreitadas. Como forma de transição entre os tipos de colonização rural suscetíveis até certo ponto de atender às nossas necessidades econômicas, o regime de parceria pretendia resolver o difícil problema da adaptação dos imigrantes do norte da Europa ao trabalho nas nossas grandes propriedades agrícolas. Problema comparável, no fundo, ao que enfrentam ainda hoje certas autoridades coloniais européias, quando pretendem acomodar os indígenas aos interesses da produção capitalista, sem provocar com isso uma crise violenta nas formas de vida tradicionais.

Os recursos empregados em tais casos não estão longe de lembrar, muitas vezes, os do sistema Vergueiro. Assim sucede, por exemplo com as experiências para o plantio de algodão no Sudão Anglo-Egípcio (região de Gezireh), do amendoim no Senegal e do cacau na Costa do Ouro (16). O benefício em tais circunstâncias é recíproco, permitindo maior rendimento do trabalho e contribuindo para que as populações indígenas aperfeiçoem sua técnica tradicional ao contacto dos métodos europeus.

Em S. Paulo, infelizmente, não se fizeram sentir benefícios semelhantes na aplicação do plano Vergueiro, e as causas do malôgro do sistema já foram aqui sumariadas de passagem. Vimos também como a técnica européia não influíu e não poderia influir consideravelmente para a melhora dos nossos métodos de exploração agrícola. A esfera de influência dos colonos foi por isso menos rural do que urbana ou, se quiserem, suburbana. A técnica dos transportes pode assinalar-se pelo menos uma contribuição significativa desses antigos colonos: o abandono na construção do carro de boi do modelo tradicional, de eixo de volta e roda maciça, "que fazia uma algazarra agradável, talvez, somente aos bois" como

(16) *Richard Thurnwald* — *Koloniale Gestaltung. Methoden und Probleme übersseischer Ausdehnung.* Hamburg, 1939. Pg. 368.

observou um viajante suíço. Calculam-se bem os esforços que teriam sido feitos para vencer nesse caso a rotina, ante a convicção generalizada entre nossos roceiros, de que carro para prestar precisa chiar. Mas foi sobretudo no desenvolvimento dado à cultura hortense — e também à pequena indústria — que os colonos deixaram marca de sua passagem. E é lícito supor que com isso tenham contribuído consideravelmente para modificar entre outras coisas a própria dieta alimentar nas regiões colonizadas. Desde os tempos áureos das colônias de parceria costumavam os trabalhadores, católicos e protestantes, ir todos os domingos pela manhã às cidades de Limeira e Rio Claro, não só para os serviços religiosos como para venderem os produtos de suas plantações e de sua indústria: legumes, laticínios, mel de abelha, etc.. Antes dos fazendeiros empregarem parceiros — observa Tschudi — as donas de casa não tinham meios de obter manteiga fresca, nem leite, nem legumes, salvo quando podiam dispor de terrenos para criação e pasto. Mais tarde, e graças aos colonos, passaram a consumir diariamente de tais produtos. E o viajante perdeu a propósito em extensas divagações sobre o benefício que a influência germânica trouxe a certas zonas da província de S. Paulo. Citando um artigo lido em certo jornal da Áustria, compara o papel do povo alemão ao do sal, que torna tragáveis certos pratos. Como o sal permite saborear alimentos naturalmente insípidos, assim também a mistura bem proporcionada de sangue germânico é salutar a qualquer povo. As regiões da província de S. Paulo para onde se encaminhou de preferência a imigração alemã e suíça alemã pareciam-lhe confirmar francamente tal conceito (17).

Essas considerações fazem pensar em certas formas ainda incipientes de pangermanismo, que devem ter tido grande popularidade na época e foram partilhadas, entre outros, por um dos mais violentos inimigos de nossas colônias de parceria, o conselheiro real prussiano Gustav Kerst. Longe de pugnar por um racismo rigoroso os adeptos de tais doutrinas acreditavam que as possibilidades de maior expansão da cultura alemã estariam antes na fusão de elementos portadores dessa cultura com populações mais atrasadas. Kerst achava mesmo que graças a semelhante fusão os imigrantes alemães acabariam impondo aos luso-brasileiros seus costumes, seus traços nacionais a até seu idioma, temperando com isso a natural indolência e o atraso da gente do país e emprestando-nos um caráter próprio e independente, comparável ao que a fusão de anglo-

(17) *J. J. v. Tschudi* — op. cit. III 265.

saxões, bretões e normandos formou na Inglaterra. Mas para isso seria preciso que os governos de nossa "monarquia feudal" tivessem o desejo e a capacidade indispensáveis para resolver o problema da imigração livre no Brasil levantando com isso os alicerces de uma verdadeira nação. Seria preciso que abolissem as restrições religiosas e políticas de que padeciam os colonos, e fugissem a adotar sistemas tais como o da parceria, que tende antes a destruir do que a resguardar o caráter nacional dos imigrantes. Opinião análoga à de Kerst exprimira poucos anos antes o embaixador austríaco na Côrte de S. Petersburgo, conde de Colloredo-Waldsee, ao nosso representante diplomático na mesma Côrte, José Maria do Amaral, lembrando a necessidade de se preservar a raça branca no Brasil mediante a mistura em larga escala com imigrantes do norte da Europa (18).

Não seria muito diverso o pensamento de alguns dos nossos progressistas do tempo. Em fins do século passado, a conveniência de manter a todo custo a tradição luso-brasileira ainda não se apresentava como um problema para nós. As resistências que se erguiam às correntes de idéias e de sangue estrangeiro vinham antes da rotina do que de um apêgo conciente às instituições tradicionais. Nunca essas resistências chegaram a tomar corpo, a contaminar os espíritos bem-pensantes, nunca elas se organizaram, à maneira dos *Know nothing* dos Estados Unidos, em um movimento destinado a combater tumultuosamente tôda influência estrangeira suscetível de perturbar o crescimento harmonioso e equilibrado das instituições. Excepcionalmente houve por êsse tempo em S. Paulo quem pressentisse graves perigos no constante afluxo de imigrantes europeus, que ameaçavam transformar radicalmente nossa paisagem econômica e social. Não era paulista, não era sequer brasileiro quem assim pensava e não o animava um zêlo apenas sentimental pelo passado da terra adotiva. Irlandês, católico e fidalgo, havia em Ricardo Gumblerton Daunt, no anti-modernismo de que insistentemente se ufanava, tanto de devoção e fervor quanto de inteligência lúcida e compreensiva. Detestando cordialmente o sistema representativo, a centralização excessiva do poder, a "insensata admiração pelas instituições de outros povos e outras raças" achava, um pouco ao modo de Donoso Cortez, que os po-

(18) *S. Gottfried Kerst* — *Urber Brasilianische Zustände der Gegenwart*. Berlim, 1853. Pg. 30. — Sobre as opiniões do conde de Colloredo cf. — *José Maria do Amaral* — *Notícia dos Diplomatas em Publicações do Arquivo Nacional*. XIX. Rio, 1919. Pg. 81.

vos verdadeiramente livres se formam por simples evolução interna e desenvolvimento natural, que suas instituições não devem ser arbitrariamente modificadas e retorcidas pela mão do homem, posto que são de natureza divina. Ainda em 1856 podia opor o seu S. Paulo à “semi-estrangeira Rio de Janeiro”, apresentando-o como reduto de tradições memoráveis que o colocavam em plano muito superior às demais províncias, com a possível exceção de Pernambuco. A esperança de fazer reviver o S. Paulo glorioso do século XVII, com sua “espécie de feudalismo muito favorável ao desenvolvimento de algumas grandes virtudes”, o desejo de ver fortalecidos os fios já tênues que ligam o S. Paulo do tempo dos Filipes ao de Pedro II, surge como tema predileto em seus escritos, especialmente em várias cartas que ainda se conservam manuscritas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em uma delas datada de 1851 mostra-se profundamente apreensivo ante a perspectiva da imigração em grande escala de proletários alemães, que viriam desnacionalizar e des-cristianizar a terra de Santa Cruz. Esse homem, por tantos títulos respeitável para os paulistas, fugindo ao progresso trazido com a expansão dos cafèzais abandonou certo dia Campinas, onde residia, para refugiar-se na velha Itú, ainda fiel ao açúcar e à tradição.

Mas essa voz quase isolada teve pouca ressonância. Na realidade não é tão grande a distância entre os homens que outrora penetravam o sertão em busca de riquezas e os que agora invadiam o mesmo sertão alargando as fronteiras do progresso. O bandeirismo do ouro e o bandeirismo do café pertencem ambos a uma só família. E como estranhar esse empenho em ir procurar braços para a lavoura onde quer que existissem, se precisamente tal empenho explica tôda a história paulista desde meados do século XVI, quando Diogo Dias e Afonso Farina iam de S. Vicente a Assunção do Paraguai negociar “peças da terra” com Domingos de Irala? As instituições tradicionais não vivem apenas de prestígio moral e estético. Pretender mantê-las sem um apôio efetivo na realidade é cair em vago e caprichoso formalismo. Itú fêz-se o núcleo republicano da província quando se viu empobrecida, ao passo que Campinas, cafèeira e opulenta, se tornava naturalmente conservadora.

O sistema de colonização ensaiado por Vergueiro teve ao menos isto de vantajoso: não fêz obra de desnacionalização, não criou quistos raciais como outras tentativas empreendidas em vários pontos do país. E por outro lado animou de uma vida nova extensas regiões ainda incultas ou mal cultivadas. Em Rio Claro os catálogos de indústrias e profissões pouco posteriores à época da colonização de parceria assinalam conside-

rável porcentagem de nomes germânicos, que em certos ofícios chegam a ser maioria. No Almanaque do Rio Claro para 1873 encontram-se apenas duas pessoas com apelidos portugueses entre os oito alugadores de carros então existentes na cidade. Os outros chamam-se Jacob Witzel, Jorge Helmeister, Mathias Hartmann, Adão Hebling, Mathias Pott e Fernando Harting. Esse exemplo, escolhido entre outros igualmente expressivos, merece atenção particular devido à influência que os colonos alemães e suíços teriam exercido sobre a técnica de transporte no centro-oeste de São Paulo. Às vezes deparamos coincidências entre nomes existentes nesses catálogos de indústrias e profissões e os de antigos parceiros, que aparecem em relações como a do Dr. Heusser, publicada em 1857. E é natural que assim suceda: cessados os contratos com os fazendeiros muitos colonos iam estabelecer-se nas cidades vizinhas, onde passavam a exercer seus antigos ofícios e formavam, ao menos de início, aglomerações relativamente isoladas, que seriam pouco a pouco absorvidas pelas populações locais. Assim se deu no caso de Limeira — Rio Claro — Piracicaba e também em Campinas e Jundiaí como parece indicar, ainda hoje, a existência dos chamados “bairros alemães” em algumas dessas cidades.

Foi praticamente nula, por outro lado, a influência de tais colonos sobre os métodos de trabalho agrícola. É instrutivo compará-la, por exemplo à dos lavradores do sul dos Estados Unidos, que imigraram em resultado da guerra de Secessão e da vitória do norte industrial. Posto que bem menos numerosa e de caráter essencialmente diverso, envolvendo mais patrões do que trabalhadores, a imigração desses anglo-saxões teve, sob tal aspecto, conseqüências mais ponderáveis. É que os lavradores norte-americanos vinham de uma terra onde já existia de longa data o sistema de plantações, semelhante ao que se praticava entre nós. Traziam consigo uma experiência e um espírito progressista que não seriam inúteis em nossas lavouras. O ambiente que vinham encontrar não destoava excessivamente do que deixaram atrás e as paisagens ancestrais e familiares quase se reproduziam no novo meio. Deve-se principalmente ao contacto deles o início da mecanização da lavoura, que teve conseqüências tão decisivas e perduráveis em nossa economia agrária. Em realidade o emprêgo da máquina e instrumentos na lavoura do café começou pouco antes da vinda dos agricultores do sul dos Estados Unidos, ou seja pelo ano de 1863, mas as vantagens econômicas que podiam resultar de tal progresso não se fizeram logo patentes. Refere-nos Campos Sales que, pouco habituados ao emprêgo de máquinas, os fazendeiros utilizavam

às vêzes tôda uma junta de bois para o manejo de cada instrumento, com resultados freqüentemente negativos. Só o exemplo das famílias norte-americanas imigradas a partir de 1866, mostrou finalmente que cada instrumento não exige mais de um homem e um animal para tôdas as operações a que se destina. Em pouco tempo as fazendas paulistas enchiam-se de arados, cultivadores, rodos e grades, tornando-se possível, de certo modo, uma grande economia de mão de obra, que constitue dos efeitos mais decisivos de mecanização.

E se na técnica dos transportes, não menos importantes para os trabalhos rurais, a ação dos alemães e suíços fêz-se logo sentir com a introdução de melhoramentos no tipo tradicional do carro de bois, não foi menos sensível a contribuição dos norte-americanos, que divulgaram entre os nossos roceiros o uso dos *trolleys*, meio de transporte rústico e adaptável aos terrenos mais ásperos. Não foi preciso esperar muito tempo para que se estabelecessem entre as cidades e vilas nascentes do centro-oeste paulista linhas de comunicação servidas por semelhantes veículos, verdadeiros precursores, nesse caso, das atuais *jardineiras*. Sua disseminação como instrumento de locomoção tipicamente rural foi intensa e rápida. E para prova de sua popularidade cumpre dizer que encontrou lugar de honra no próprio cancionero caipira:

“Sentado num *troio* d’oro
Com os assento de prata
Eu irei todo chibante
Ver si prendo aquela ingrata” (19)

Poupando a mão de obra, a mecanização progressiva da lavoura teria permitido suavizar-se o tremendo problema da falta de braços que Vergueiro tratara de resolver com o seu plano de colonização, se a maior expansão da lavoura cafeeira e, durante alguns anos, da lavoura algodoeira não viesse exacerbar novamente a crise.

Durante longo tempo ainda, pelo menos até iniciar-se a importação em larga escala de italianos, a lavoura do café iria padecer dessa crise. Mas a prosperidade da província, embora assente cada vez mais na monocultura cafeeira, estava bem assente, e pôde ao cabo triunfar de todos os obstáculos. Fazer derivar essa prosperidade apenas do concurso do braço estrangeiro é, por conseguinte inverter a ordem dos fatos. O certo é

(19) *Leôncio de Oliveira* — “Vida Roceira”, S. Paulo, 1919. Pg. 46.

que ela se afirmou de modo definitivo precisamente quando a carência de braços para a lavoura se tornou mais alarmante. Em cinco anos, de 1863/64 a 1868/69, a-pesar-de todos os contratemplos, a-pesar-da guerra do Paraguai, o comércio de longo curso em Santos elevava-se ao triplo, subindo seu valor de 7.712:000\$ para 20.091:000\$. Essas cifras que foram apresentadas por Sebastião Ferreira Soares em documento onde procura combater o cepticismo então reinante nos círculos financeiros londrinos sobre as vantagens que ofereceria o aparelhamento do pôrto de Santos para corresponder ao progresso da província, são um reflexo bem nítido dêsse mesmo progresso. O próprio Ferreira Soares, resumindo suas conclusões nesse mesmo documento, que aparentemente nunca foi publicado e cujo manuscrito datado de 1871 se encontra hoje na Biblioteca Nacional, assim se manifesta: "Nenhuma dúvida resta portanto do que o comércio marítimo da Praça de Santos tem tido nestes últimos anos um progresso constante e não interrompido, o qual continua na sua marcha ascendente até o exercício de 1870/71, como se depreende dos dados oficiais, ainda não completos que existem no Tesouro Nacional; pode pois concluir-se que êste aumento é devido ao desenvolvimento material que neste último decênio tem tido a província de S. Paulo, mais que nenhuma outra do Império do Brasil".

IV

Por pessimista que seja nosso julgamento acêrca de regime de parceria, tal como fôra concebido por Vergueiro, uma coisa é certa: foi principalmente por seu intermédio que se tornou possível à lavoura paulista admitir o trabalho livre sem passar pelas crises que essa transição iria provocar em outras regiões do Brasil.

É verdade que para muitos fazendeiros a relação tradicional entre o amo e o escravo tinha fornecido um padrão fixo, inflexível e insubstituível para o trabalho na grande lavoura; introduzido o colono livre êsse tipo de relação não desaparecia de todo, mas evoluía para uma forma de dependência apenas atenuada. É verdade também que as condições de vida do trabalhador livre não seriam extremamente invejáveis se comparadas às do escravo. O contrário costuma suceder onde quer que coexistam as duas instituições, e o Brasil não ofereceu, certamente, uma exceção à regra. Na comunidade doméstica de constituição patriarcal,

ainda bem viva durante nosso Império, os escravos constituíam uma simples ampliação do círculo familiar, que adquiria com isso todo o seu significado originário e integral, ainda contido na própria etimologia da palavra "família". Por isso e também por motivos compreensíveis de interesse econômico, o bem estar dos escravos devia ser mais caro ao fazendeiro do que o dos colonos. Escapava-lhe uma noção rigorosamente precisa e objetiva dos direitos e deveres que implica o regime do trabalho livre, em princípio menos orgânico e psicologicamente menos sentimental do que o da escravidão. Quando se pretendia elogiar as condições de trabalho em determinada colônia agrícola, o termo de comparação que ocorria era naturalmente uma grande família (20). A incompreensão que tais fatos revelam da verdadeira estrutura e das finalidades do trabalho livre refletiu-se em uma série de incidentes que tiveram sua culminância na sublevação dos colonos de Ibicaba, a colônia-modêlo, em fevereiro de 1857.

Mas não se deve atribuir unicamente aos fazendeiros e aos contratos lesivos a causa do malôgro do sistema Vergueiro. Tschudi, juiz consciencioso e que não poupou censuras à administração de Ibicaba e de outras colônias de parceria, julga ao contrário que êsse malôgro se deve em grau bem maior aos próprios colonos. E não é muito diverso o juízo que formulou o Dr. Heusser, incumbido por várias municipalidades suíças de investigar pessoalmente as condições da colonização de parceria em S. Paulo.

No momento em que se registaram os acontecimentos de Ibicaba, as colônias agrícolas fundadas na província de acôrdo com o sistema Vergueiro empregavam grande número de braços livres e pareciam oferecer uma solução adequada ao problema da escassez de mão de obra para a lavoura. O mapa que a seguir apresentamos abrange as colônias visitadas no mesmo ano de 1857 pelo desembargador Valdetaro e é reproduzido quase sem alteração do relatório enviado à Assembléia Provincial pelo

(20) Assim se exprime Carvalho Morais a propósito da colônia Nova Lousã: "E com efeito (...) é mais uma família do que uma colônia e separa-se dos outros estabelecimentos da província por êsse lado como pelo sistema de trabalho que adotou". *C. Morais* — op. cit. pg. 85. A mesma comparação era retomada anos depois por um viajante estrangeiro, que assim se exprimia: "Havia ordem e disciplina, e apesar-disso o todo formava uma só família, cujo chefe como um pai, dirigia tudo com critério". *Maurício Lemberg* — "O Brasil", vert. do alemão por Luiz de Castro. Rio de Janeiro, 1896. pg. 333. Os colonos de Nova Lousã eram em sua maioria portugueses e, como todos os imigrantes do sul da Europa, mais suscetíveis de se acomodarem ao regime de locação de serviços nas grandes fazendas do que os suíços e alemães.

Presidente Fernandes Tôrres em 1858 (21). Conquanto nêle não se indiquem tôdas as colônias de parceria existentes em São Paulo na ocasião do inquérito e muito menos o número exato de imigrantes engajados segundo êsse sistema entre 1847 e 1857, serve para mostrar, em todo o caso, a importância adquirida por tais colônias na lavoura cafèeira da província.

Nomes das Colônias	Termos	Proprietários	Brasileiros		Alemães		Suiços Alemães		Suiços Franceses		Portugueses		Belgas	
			Fam.s	Ind.s	Fam.s	Ind.s	Fam.s	Ind.s	Fam.s	Ind.s	Fam.s	Ind.s	Fam.s	Ind.s
Senador Vergueiro	Limeira	Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro	51	227	62	267	6	41	55	258	3	23
Angélica	Rio Claro	idem	4	20	28	129	1	4
Cresciumal	Pirassununga	Senador Francisco Antônio de Sousa Queiroz	17	88	3	14
S. Jerônimo	Limeira	idem	72	306	6	42
Sta. Bárbara	idem	idem	38	203
Morro Azul	idem	Alferes Joaquim Franco de Camargo	8	69	1	9	2	10	9	35
Boa Vista	Rio Claro	Benedito Antônio de Camargo	6	39	3	18	7	28	11	63
Birl e Coveitinga	idem	Dr. José Elias Pacheco Jordão	6	26	3	15	22	115
S. Lourenço	Piracicaba	Comendador Luiz Antônio de Sousa Barros	1	3	28	145	28	146	8	38
Boa Vista	Rio Claro	D. Ana Joaquina Nogueira de Oliveira	1	8	9	38
S. João do Morro Grande	idem	João Ribeiro dos Santos Camargo	2	14	5	23
Tatú	Limeira	Cândido José da Silva Serra	8	34	27	108
Capitão Diniz	idem	Joaquim da Silva Diniz	3	10
Boa Esperança	Campinas	Antônio de Camargo Campos	1	6	14	60
Tapera	idem	D. Maria Inocência de Sousa	9	45	6	22
Boa Vista	idem	Floriano de Camargo Penteado	2	11	10	47	7	22	4	18
Sítio Novo	Campinas	Antônio Rodrigues Barbosa	5	24	9	4	19
Sete Quedas	idem	Joaquim Bonifácio do Amaral	8	52	8	37
Laranjal	idem	Luciano Teixeira Nogueira (22)	22	85	14	61

(21) "Documentos com que o Ilmo. e Exmo. Snr. Senador José Joaquim Fernandes Tôrres instruiu o Relatório da Abertura da Assembléa Legislativa Provincial no Dia 2 de Fevereiro de 1858. S. Paulo, 1858". Doc. n.º 24.

(22) No relatório do Presidente Fernandes Tôrres, de que foi extraído o presente mapa, escreveu-se, por engano, Luciano Ferreira Nogueira.

Nomes das Colônias	Termos	Proprietários	Brasileiros		Alemães		Suíços Alemães		Suíços Franceses		Portugueses		Belgas	
			Fam.s	Ind.s	Fam.s	Ind.s	Fam.s	Ind.s	Fam.s	Ind.s	Fam.s	Ind.s	Fam.s	Ind.s
Boa Vista	Amparo	João Leite de Moraes Cunha (23)	16	74
Soledade (24)	Campinas	Hércules Florence	2	18
Dores	idem	Pedro José dos Santos	6	25
S. Francisco	idem	Francisco de Camargo Penteado	8	36	1	6	1	5
S. Joaquim	Jundiá	Joaquim Bento de Queiroz Teles	7	34
Sto. Antônio	idem	Comendador Antônio de Queiroz Teles	14	68
S. José da Lagoa	idem	Coronel Antônio Joaquim Pereira Guimarães	7	38
			89	511	225	1031	212	1000	39	180	160	616	18	88

Nessa lista deixam de figurar entre outros, diversos estabelecimentos de parceria visitados quase na mesma ocasião pelo Dr. Heusser, que os registra em seu relatório às autoridades do cantão de Zurich. Nesse caso estão a fazenda de Santo Antônio, de Elias Silveira Leite (Elias Velho) situada nas proximidades de Piracicaba, com cinco famílias de suíços alemães e duas de suíços franceses, a de Morro Alto, de José Rodrigues César com duas famílias de suíços alemães, e de Sant'Ana, de José de Camargo Penteado com duas famílias de suíços alemães, as de Francisco Mariano Galvão Bueno e Dr. Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda, ambos de Amparo, a primeira com quatro famílias de suíços alemães e a segunda com duas de suíços franceses.

Depois da rebelião de Ibicaba, que foi descrita com tanto vivacidade pelo colono Thomas Davatz cessou quase bruscamente o engajamento de imigrantes para as colônias de parceria. E com isso o regime idealizado por Vergueiro ficou condenado a desaparecer mais cedo ou mais tarde. Três anos depois, em 1860, ainda vegetavam na província vinte e nove colônias baseadas nesse sistema. Já em 1870 seu número estava redu-

(23) No relatório lê-se Joaquim Leite de Moraes Cunha.

(24) "Soledade" era o nome exato (*V. Estêvão Leão Bourroul — "Hércules Florence," S. Paulo, 1900 — Pg. 494*), que não aparece nem no mapa do Presidente Fernandes Tôrres, nem no folheto já citado do Dr. Heusser. O primeiro consigna simplesmente "Florence" como nome da fazenda, enquanto o segundo escreve "Hafen", palavra que em alemão traduz mal o termo "Soledade".

zido a treze, sendo que algumas tinham perdido muito de sua antiga importância. A própria Ibicaba decaíra progressivamente desde a sublevação, ou desde a morte do senador Vergueiro, em 1859. A seu respeito escreviam-se coisas dêste teor: “É a primeira colônia da província de S. Paulo em número de colonos e talvez em abundância de terrenos; mas em boa ordem, administração e fama, as colônias do senador Sousa Queiroz têm a primazia” (25).

Daí por diante o propósito de colocar o estabelecimento a salvo de cenas semelhantes à de 1857 parecia sobrepor-se a todos os outros cuidados. Ibicaba, que iniciara tão auspiciosamente os esforços no sentido de se harmonizarem as vantagens do trabalho livre com os interesses da lavoura cafeeira perdia aos poucos o prestígio antigo. Exatamente três decênios mais tarde um viajante estrangeiro, de passagem pela fazenda, assinalava entre seus moradores o costume curioso de celebrarem as sextas-feiras e não os domingos como dia de descanso e de festa. Eram cristãos, não muçulmanos, os que assim procediam, obedientes a ordens supremas do proprietário. E a razão plausível de tais ordens estava na conveniência de se evitar que os escravos encontrassem companheiros de outros estabelecimentos e tramassem novo levante. Visando ostensivamente os escravos, a medida afetava, no entanto, todo o pessoal da fazenda. A trinta anos de distância, o espectro da rebelião continuava a aterrorizar os senhores de Ibicaba.

Mas a experiência adquirida com as manifestações de descontentamento dos colonos e as graves repercursões que encontraram na Europa, resultando em medidas restritivas à emigração para o Brasil, não se perdeu de todo. Algumas decisões sugeridas por tais incidentes pareceram aos fazendeiros de tôda conveniência. Aquêles que conservavam o regime de parceria quanto à remuneração dos serviços, trataram de alterar diversas cláusulas do contrato primitivo, outros adotaram o salário fixo para a cultura do café, efetuando o pagamento após a colheita e a preço fixo por alqueire. Na própria Ibicaba as desvantagens do sistema inaugurado em 1847 tornaram-se logo patentes aos responsáveis pela “Colônia Senador Vergueiro” e a parceria foi logo alterada para o sistema de locação de serviços. Historiando os motivos que ditaram essa transformação, assim se manifestava em 1874 José Vergueiro: “O colono sempre desconfiado, e portanto convencido sempre que o proprietário o queria

(25) *Júlio de Arouce* — Teatro de S. João na Cidade de Rio Claro — “Arquivo Pitoresco” vol. IX. Lisboa MDCCCLXVI — pg. 239.

lograr, não confiava em nenhuma das operações que eram feitas, como vendas, remessas, pêso etc. da parte dos produtos que lhe pertencia. Essa desconfiança aumentava; tomava nêle proporções de crença, ainda mais, com as instigações de estranhos que prócuravam nessas circunstâncias tirar interêsse. Falamos de experiência própria, pois fomos as principais vítimas do que acabamos de expor; e tudo isto ainda mais agravado pelo espírito mal entendido de diversas nacionalidades, azedado pelos zelos incompreensíveis” (26).

Na realidade o sistema de parceria, tal como o instituía Vergueiro, excluía a menor parcela de fiscalização do colono sôbre as operações realizadas com o café entre a colheita e o ajuste de contas num intervalo que se prolongava por meses. Todo o seu fundamento era assim o vago pressuposto — resíduo de concepções antiquadas — de uma absoluta confiança do colono em seu empresário. Foi êsse, sem dúvida um dos pontos vulneráveis do sistema. Aos erros freqüentes que se introduziam nos cálculos efetuados por diretores incompetentes e algumas vêzes pouco escrupulosos acrescentavam-se outros motivos importantes para perturbar aquela confiança. Era difícil senão impossível a um fazendeiro bem intencionado explicar com minúcia aos colonos tôdas as numerosas despesas que implicava necessariamente o transporte de café a Santos. Em 1857 o lavrador paulista devia pagar 7% de imposto geral e 4% do tributo provincial decretado durante a presidência Saraiva para o café que ia ao mercado, assim como 2\$ por arroba de café transportado em lombo de bêsta e mais 40, 60 ou 80 réis às municipalidades, que quase tôdas impunham semelhantes taxas em benefício de obras locais. Vinte e tanto a trinta por cento do lucro obtido cunsumiam-se nessas despesas inevitáveis. O restante devia ser dividido com os colonos, se o empresário não se dispusesse a suportar os ônus sem partilha. De tudo resultavam queixas constantes, por vêzes exageradas, mas em alguns casos justas, conforme o demonstram as sindicâncias realizadas.

O primeiro cuidado dos fazendeiros foi, por conseguinte, modificar os contratos abolindo o longo e complicado processo das contas. Em lugar de fazer depender da venda do café no mercado o pagamento ao colono, estipulou-se geralmente um preço fixo por alqueire. Segundo o novo contrato recebiam os colonos os cafêeiros que podiam cultivar sem difi-

(26) *José Vergueiro* — “Memorial acêrca da Colonização e Cultivo do Café apresentado a S. Exa. o Snr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura”. Campinas, 1874. Pg. 6.

culdade. Terminada a colheita depositavam êles o produto em lugar convencionado e recebiam por alqueire a quantia estipulada, que era de 500 réis em algumas colônias e de 600 em outras. Para seus plantios dispunham, mediante aluguer ou gratuitamente, de terrenos prèviamente marcados, alugando também a preços módicos as casas de residência, pastos, etc.. Foi o que se fêz em Ibicaba e também em outras fazendas, mas ainda assim sem resultado muito felizes. O próprio José Vergueiro, em seu memorial de 1874 sôbre a colonização e o cultivo do café, queixa-se da má vontade com que os colonos se entregavam aos trabalhos diários, atentos apenas em tirar para si todo o proveito, uma vez que não tinham esperança de poder considerar algum dia como sua a terra que cultivavam.

Vários proprietários distanciaram-se ainda mais do primitivo modelo das colônias de parceria e ensaiaram-se assim novos sistemas que em muitos casos não deram melhor proveito. Algumas das colônias que não abandonaram o regime antigo, caíram em rápido declínio como a do Laranjal, em Campinas, pertencente a Luciano Teixeira Nogueira ou a de Boa Vista, em Amparo, propriedade de João Leite de Moraes Cunha. Houve proprietários que desprezaram quase por completo a experiência proporcionada pelo sistema Vergueiro e estabeleceram o pagamento mensal ao colono de um salário fixado prèviamente, além de lhe fornecerem sustento ou terra para a cultura dos mantimentos, exigindo que o mesmo colono se prestasse a fazer todos os serviços da fazenda. Êsse tipo de contrato, a que se conformavam geralmente os trabalhadores nacionais, não oferecia muitas garantias ao estrangeiro ignorante das condições reinantes no Brasil e habituado a um padrão de vida relativamente elevado em comparação com o das nossas populações rurais. Devia repugnar especialmente a suíços e alemães, que forneciam o maior contingente de colonos aos estabelecimentos de parceria. Deu porém bons resultados com trabalhadores portugueses na colônia de Nova Lousã, pertencente ao comendador José Elisário de Carvalho Monte-Negro. O êxito dessa experiência foi atribuído, é verdade, ao fato do proprietário, português de nascimento, ter podido escolher pessoalmente seus empregados entre camponeses morigerados e de boa conduta.

Não seriam altos os jornais dêsses homens e o próprio comendador Monte-Negro argumenta com o princípio do ordenado supérfluo para mostrar o inconveniente dos salários muito elevados. Normalmente o

imigrante que vencesse 14\$000 por mês poderia em cinco meses saldar a dívida contraída com o proprietário (27).

A-pesar-do êxito obtido com a colônia de Nova Lousã, o comendador Monte-Negro não teve muitos imitadores. E a razão está não só na alta dos jornais, que se acentuou sobretudo com o malôgro do sistema Vergueiro em 1857 e com o célebre "rescrito Heidt", pouco posterior, proibindo a emigração de prussianos para o Brasil, como na circunstância de serem os portugueses, de resto pouco propensos às atividades agrícolas, quase os únicos imigrantes que se sujeitavam de bom grado ao regime dos salários. Durante longos anos foi quase impossível aos fazendeiros obterem mão de obra na Alemanha e na Suíça, os países que se tinham mostrado mais acessíveis antes do regime de parceria cair em descrédito. Ainda em 1873 o visconde de Indaiatuba tentou em vão fazer vir certo número de famílias de Holstein para sua célebre colônia de Sete Quedas, mas foram inúteis os esforços nesse sentido, tais os empecilhos opostos pelo govêrno alemão. Recorreu-se por algum tempo aos tirolezes e aos italianos do norte. Em alguns casos recorreu-se também a imigrantes já instalados em Santa Catarina ou mesmo nas repúblicas do Prata. Todavia deve ter sido mais considerável do que o fazem crer as estatísticas oficiais o número de imigrantes que afluíram para S. Paulo vindos diretamente da Europa e em particular da própria Alemanha. Assim é que, segundo tais estatísticas, entraram nada mais do que 83 imigrantes, sem distinção de nacionalidades, durante o ano de 1871. A verdade é que segundo informações dignas de fé apenas na já citada colônia de Sete Quedas entraram em princípios dêsse ano dezesseis famílias trazidas do Holstein pelo proprietário do estabelecimento, num total de 107 pessoas (28). Faltam-nos dados absolutamente exatos para julgar do número de colonos que serviram nas fazendas de café em S. Paulo antes de iniciar-se em ritmo regular a imigração italiana. No ano de 1887 calculava A. W. Sellin em 12.000 ou 15.000 os alemães estabelecidos então na província, e nesse total entrariam muitos dos trabalhadores introduzidos pela companhia Vergueiro (29).

(27) João Elisário de Carvalho Monte-Negro — "Colônias Nova Lousã e Nova Colômbia — Relatório apresentado ao exmo. sr. dr. presidente da Província." — S. Paulo, 1875.

(28) V. Campos Sales — "Colônia Sete Quedas", in Almanaque de Campinas para 1872. Ano II. Campinas, 1871. Pg. 91.

(29) V. Anuário da Província do Rio Grande do Sul para o ano de 1888. Porto Alegre, 1887.

Conquanto essas cifras dêem, quando muito, uma idéia apenas aproximada e talvez exagerada dos fatos, o certo é que não deixam de merecer interêsse, tendo-se em conta que, além dos portugueses e nacionais, foi sobretudo entre alemães e suíços que se recrutaram os trabalhadores livres para a lavoura do café quando esta começou a ganhar incremento na província. A-pesar-das medidas restritivas da imigração para o Brasil, adotadas a partir de 1859 pelos governos germânicos, não cessou de todo a onda de colonos alemães destinados a São Paulo e a outras províncias. Mas ela estava longe de atender às necessidades do momento e os fazendeiros paulistas tiveram de esperar mais quinze ou vinte anos por uma nova raça de trabalhadores mais em correspondência com suas necessidades.

Praticamente extinto em sua forma primitiva, o sistema ideado por Vergueiro continuou a influir direta ou indiretamente sôbre as várias formas de organização do trabalho rural adotadas durante essa pausa. Alguns dos traços dominantes do sistema chegaram a encorporar-se, de certo modo em caráter definitivo, ao regime das fazendas de café, servindo para suavizar a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Podem ser lembrados, entre outros, a situação de independência dos colonos em tudo quanto diz respeito à sua vida doméstica, seu emprêgo quase exclusivo na colheita do café; sua faculdade de dispor dos gêneros alimentícios que produza além do serviço nos cafèzais, e de auferir lucros da venda desses produtos. Todos êsses traços, já apontados em 1870 por Carvalho de Moraes como característicos do sistema de parceria mantiveram-se e deram benefícios, mesmo quando abandonado o sistema. É indiscutível que, encarado sob êsse aspècto o plano Vergueiro foi extremamente fecundo, e como tal merece ser estudado com tôda a atenção e enaltecido. Quanto á sua aplicação prática ela pode ser e tem sido discutida de vários pontos de vista, tão vários quanto os interêsses que pôs em jôgo. Mas essa mesma variedade encerra para nós uma vantagem preciosa, servindo para dar realce aos problemas culturais, sociais e econômicos que ficariam obscurecidos, em muitos pontos, se nos fôssem propostas sob uma forma unilateral e incolor. Ela faz fixar melhor as divergências, medir, calcular seus motivos, ajudando a não aceitar sem crítica as opiniões parciais. É dessas opiniões que se faz a história em grande parte e a história do Brasil em quase tudo. Para estudar o passado de um povo, de uma instituição, de uma classe, não basta aceitar ao pé da letra tudo quanto nos deixou a simples tradição escrita. É preciso fazer falar a multidão imensa dos figurantes mudos que enchem o

panorama da história e são muitas vezes mais interessantes e mais importantes do que os outros, os que apenas escrevem a história. Exercício difícil e cheio de seduções perigosas onde faltam pontos de apôio seguros, levará facilmente a aceitar seus resultados como a única verdade digna de respeito. Seria difícil, por exemplo, imaginar-se a escravidão no Brasil descrita do ponto de vista de suas vítimas, se estas tivessem voz articulada, e não do ponto de vista dos escravocratas, dos governos, dos abolicionistas... Mais difícil, porém, seria acreditar que para muitos essa descrição, se existisse, não passaria a valer por si, constituindo matéria prima de apologias ou de invectivas.

Para o caso das colônias de parceria, que floresceram em meados do século passado, temos um depoimento dessa natureza. No livro de Thomas Davatz, hoje publicado em tradução brasileira, o historiador futuro terá um elemento imprecindível para o estudo do trabalho agrícola em S.Paulo durante a época do Império. É inútil insistir muito na intenção polêmica em que foi composto. Livro de partido, mas também de boa fé, êle é a expressão e o prolongamento da vida de um pobre colono perdido num mundo hostil às suas aspirações. Consideradas nesse aspecto é que as memórias de Davatz poderão ser apreciadas em seu justo valor.

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA